

## O MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO E OS DEBATES PÚBLICOS SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS BRASILEIRAS

Giane Maria de Souza<sup>1</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

### INTRODUÇÃO

Em maio de 2018, o Museu Nacional do Rio de Janeiro comemorou 200 anos, e, em setembro, a edificação que abrigava a instituição sofreu um sinistro e foi incendiada. Consternados, trabalhadores e trabalhadoras de museus, agentes culturais, pesquisadores, cientistas, intelectuais e artistas, em comoção e indignação, lamentaram a morte do Museu no mesmo ano das celebrações de seu nascimento.

Nessa mesma conjuntura, o processo eleitoral para a Presidência da República seguia liderado por Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL). Após o golpe jurídico parlamentar contra a Presidenta eleita democraticamente, Dilma Vanna Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), houve um crescimento do conservadorismo no país. Discursos de ódio, ilações misóginas, racistas, sexistas, xenófobas e antiesquerdistas marcaram a corrida eleitoral, assim como uma produção avassaladora de *fake news*. Novas e velhas lutas sociais se fizeram presentes na cultura política brasileira. Por outro lado, mobilizações contrárias ao conservadorismo, a exemplo do Ele Não<sup>2</sup>, eclodiram e se alastraram pelo mundo, denunciando o risco por que passava a democracia brasileira.

Diante de uma conjuntura política nebulosa, em que o autoritarismo se propagava de forma autorizada nos discursos e práticas dos agentes públicos, a

---

<sup>1</sup>Historiadora, mestre em Educação pela UNICAMP. Doutoranda em História pela UFSC na Linha Sociedade, Política e Cultura no Mundo Contemporâneo. Foi Bolsista Capes no Programa Doutorado Sanduíche no Exterior, processo 88881.189870/2018-01, como investigadora convidada no Instituto Universitário de Lisboa (ISTE-IUL). Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias do Governo de Santa Catarina UNIEDU/SC. É autora do livro *A cidade onde se trabalha - a propagação do autoritarismo estadonovista em Joinville/SC*, Editora Maria do Cais, 2008. Trabalhou em diversos museus e, atualmente, está lotada no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), unidade pertencente à Secretária de Cultura e Turismo da Prefeitura de Joinville.

<sup>2</sup> Movimento organizado por mulheres contrárias à candidatura de Jair Messias Bolsonaro do PSL à Presidência da República. Sobre essa questão ver o artigo de Fuchs (2008).

professora e jornalista Dra. Juliana Sayuri e o professor Dr. Alexandre Busko Valim organizaram, junto ao corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC), um Caderno Especial para o *Le Monde Diplomatique/Brasil*, intitulado *Tendências Autoritárias do Tempo Presente. Já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?*<sup>3</sup> tornou-se o título para meu artigo no *Le Monde*. O texto, escrito em Portugal, reverberava a angústia de uma estudante brasileira longe de seu país, em um momento de extrema polarização política e de ataque constante às instituições públicas de educação, de arte e de cultura.

Como consequência da publicação, das múltiplas parcerias e dos contatos institucionais realizados no estágio no exterior, em março de 2019, aceitei um convite para o XXIV Congresso Internacional de Antropologia de Ibero-América *Museus, Turismo e Patrimônio*, em Ponta Delgada, nos Açores e, dessa forma, o artigo do *Le Monde* foi repensado para focalizar *As estratégias políticas de celebração da vida e lamentações de morte do Museu Nacional do Rio de Janeiro: o sepultamento das políticas culturais participativas no Brasil*; texto apresentado em conferência.

A partir desses dois trabalhos, uma terceira versão foi reorganizada para o XXX Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História (ANPUH), no Simpósio Temático *Museus, História e Educação: retrospectivas e perspectivas*, coordenados pelas professoras doutoras Zita Possamai, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Leticia Julião, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a fim de contribuir para o debate público de patrimônio e de museus.

Entre angústias e problematizações, a reflexão, em processo, transformou-se em um texto revisitado em três momentos, no *Le Monde*, nos Açores e na ANPUH. Enfim, um texto construído em um processo dialético, com problemáticas que não se encerram nele, mas que evidenciam os conflitos e as inconstâncias da história das políticas públicas no Brasil. A dificuldade empírica de se trabalhar com políticas interrompidas, inacabadas ou em processo de destruição, fez com que o trabalho historiográfico, aqui pretendido, esteja atento aos fenômenos da cultura, da sociedade e da política no mundo

---

<sup>3</sup> À época da elaboração do artigo para o *Le Monde*, eu estava como investigadora convidada no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), enquanto bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior pela Capes. Como trabalhadora da cultura, de museus e de espaços de memória, tentei articular o incêndio do Museu Nacional com o sepultamento das políticas públicas ocorrentes.

contemporâneo, assim como as oscilações entre história, patrimônio e museus.

Enfim, o presente artigo tem por objetivo refletir o histórico das políticas públicas de museus no Brasil, os usos e as apropriações do passado, e, ademais, apresentar um estudo de caso sobre o incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ) - este, em contraponto com as arbitrariedades da tentativa de criação da Agência Brasileira de Museus (Abram), em 2018.

A metodologia utilizada para análise, primeiramente, arrolou referências teóricas que articulam história, patrimônio e cultura política para auxiliar na compreensão das fontes documentais produzidas pelas instituições públicas. Somado a essa perspectiva, contrapôs-se, para a análise, os documentos referentes ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e o Estatuto dos Museus, instituídos pelo Decreto-lei nº 11.904/2009, enquanto aparatos legais norteadores das políticas públicas, a exemplo do Plano Nacional de Museus e do Sistema Brasileiro de Museus (SBN). Junto a essas referências, interpelaram-se, ainda, os pronunciamentos emitidos pela gestão do Museu Nacional e pelos gestores do governo federal, a fim de compreender os conflitos, os desdobramentos e as disputas em torno do debate público após o sinistro do MNRJ – incluindo o texto da Medida Provisória (MP) nº 850/2018, apresentada pelo governo do então Presidente Michel Temer, do Movimento Democrático Nacional (MDB), para solucionar a problemática dos museus após o incêndio do Museu Nacional.

Nesse sentido, esse artigo se constitui em duas seções de análise. No primeiro momento, em *As celebrações de vida*, serão retomadas a criação e as estratégias de comemoração do bicentenário como forma de articular o presente com o passado colonial, e, na segunda seção, em *As lamentações de morte*, serão avaliadas as políticas públicas culturais e o modo como foram sepultadas junto com os escombros do Museu Nacional, a partir do fatídico incêndio. O texto pretende contribuir para se repensar as resistências políticas frente aos desmontes das políticas públicas na área da cultura, ao problematizar as precarizações das instituições museais e culturais no tempo presente.

## **AS CELEBRAÇÕES DE VIDA**

Dentro das atividades de comemorações dos 200 anos do Museu Nacional do

Rio de Janeiro, o diretor Alexander Kellner e a Associação de Amigos do Museu Nacional (SAMN) organizaram uma campanha de *crowdfunding*, com vistas à arrecadação de fundos para reabertura de uma sala expositiva - pelo que o Museu pretendia arrematar por meio de contribuição espontânea a quantia de 30 mil reais. Em uma entrevista para o Jornal do Brasil, em maio de 2018, o diretor do Museu (CÔRTEZ, 2018) declarou que pretendia cativar a participação da elite financeira e política, e, por isso, havia estrategicamente transferido a sala da direção para um dos dormitórios reais, a fim de direcionar o olhar de possíveis patrocinadores para as necessidades materiais de restauro e de conservação. Outra ação, segundo ele, seria a de organizar jantares benevolentes, com as devidas pompas reais para atrair novos mecenas.

Pelas estratégias apontadas por Kellner, supõe-se que uma parte da alta sociedade já não frequentava mais o Museu. A celebração do bicentenário organizada pela direção ainda insistia na categoria da distinção social para retomar a “grandeza” da prática do mecenato por uma elite<sup>4</sup> que, durante muito tempo, se apresentou como patronesse das instituições museológicas no Brasil. Assim, as estratégias de celebração de vida do museu, objetivavam, sobretudo, angariar fundos para a conservação e o restauro da edificação, além de incluir o acervo museológico, as exposições e as demandas de difusão cultural, com o intuito, ainda, de compensar o orçamento reduzido na fila de espera da tramitação burocrática dos recursos públicos federais. Ou seja, mesmo possuindo sua história institucional imbricada com a história da elite colonial no país, o Museu demonstrava dificuldades financeiras para sua administração.

O historiador norte americano e brasilianista Daryle Williams, na obra *Culture of Wars in Brazil* (2001), refletiu a criação de equipamentos culturais no Império como transferências culturais a partir da metáfora do conhecimento iluminista. Muitos historiadores, a exemplo de Williams, concordam que a institucionalização das políticas culturais no Brasil começou a ser organizada no período imperial.

A vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, marcaria o início do processo científico/civilizador das políticas culturais no século XIX, com a formação e a distinção social de uma elite que se considerava esclarecida e afeita às belas artes e às

---

<sup>4</sup> Não se trabalha aqui com o conceito de elite como uma massa homogênea, mas de acordo com os conceitos arrolados por Pierre Bourdieu em suas obras (1996; 2015a; 2015b), nas quais define os mecanismos de consagração no campo das artes por uma elite que entende esse campo enquanto meio de apropriação e reprodução de um capital cultural para a disputa de poder.

ciências. O Museu Real do Rio de Janeiro, criado por D. João VI, em 1818, dedicado à história natural, foi um exemplo desses criacionismos culturais para a divulgação da ciência, calcada em uma visão iluminista do conhecimento. A elite colonial promovia as artes e as ciências para a manutenção do *status quo*, ao mesmo tempo em que necessitava desses espaços para sua circularidade e sociabilidade. Por isso, a criação de espaços e equipamentos culturais auxiliava a reprodução e a exibição de padrões comportamentais e, de certa forma, auxiliava o país colonizado a civilizar-se.

Por seu turno, uma análise histórica do Museu, na obra de Williams (2001), foi problematizada, revelando a sua criação como equipamento cultural, mas, também, como uma forma de a corte portuguesa manter seus hábitos culturais no Brasil, dando sentidos de modernização à colônia ainda no século XIX - sentidos, esses, ainda percebidos em 2018, nos preparativos para o bicentenário do Museu, vez que, como noticiado nos jornais, demonstravam estratégias de *marketing* para a celebração e a consagração do aniversário; retomada, portanto, dos valores do passado, imbricados na formação da elite colonial e republicana.

Observa-se que os museus sempre tiveram uma função definida, seja a de divulgar os olhares, os usos, os gostos estéticos, os colecionismos, as práticas culturais e as percepções sociais de quem os cria, seja a de disseminar as idiossincrasias hegemônicas, particularmente como um processo elitizado, nem sempre democrático. Assim sendo, o nascimento do Museu Real, mais tarde renomeado Museu Nacional, além de evocar a aura colonizadora do Império, ensejou a prática cultural de uma determinada elite com seus colecionismos e mecenatos.

Pierre Bourdieu (1996; 2015a; 2015b) realizou inúmeras investigações sociológicas, e demonstrou que o amor pela arte e pelos museus foram elementos fundantes de legitimação e de divulgação da cultura como prática de distinção social. Por seu turno, a cultura, enquanto celebração elitizada, materializou-se em instâncias de consagração como museus, galerias de arte, casas de cultura e teatros - seja na formação de públicos, seja nos negócios empreendidos. Para o sociólogo, fundamentou-se a crença política de que a elite deveria se organizar intelectualmente para a obtenção, a difusão e o fortalecimento do seu capital cultural, a fim de demarcar a sua distinção social e o seu poder de consagração. Desta forma, se forjou no final do século XIX, até

meados do século XX, a ideia de que a cultura deveria ser entregue para a população por meio de equipamentos culturais, desconsiderando, muitas vezes, o saber fazer da cultura popular, tratada, por vezes, como folclore.

Do império ao estabelecimento da república, muitos equipamentos culturais no Brasil foram criados com esse intuito. A elite política e econômica, por sua vez, escolhia o que era arte, o que poderia ser consumido culturalmente, assim como o que deveria ser salvaguardado, preservado, musealizado e patrimonializado. Mário Chagas, importante pesquisador da área, costuma dizer que “há uma gota de sangue em cada museu”, parafraseando o poema parnasiano de Mário de Andrade, “há uma gota de sangue em cada poema” (CHAGAS, 2015). Ou seja, é preciso ratificar que, nas escolhas museológicas, existem sempre exclusões, violências e autoritarismos.

A égide patrimonialista, desde a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é trabalhada por Fonseca (2005) como campo em formação, qual impulsionou a criação e a salvaguarda de coleções artísticas, de móveis, de documentos, e de sítios históricos, arquitetônicos, arqueológicos e naturais, assim como muitos museus e galerias em território nacional. Dessa forma, muitos espaços culturais foram criados para a legitimação e a consagração das artes, selecionados e musealizados pelas elites e para as elites, com fins de divulgação de um processo civilizatório ou de um passado que deveria ser preservado. Por sua vez, o mecenato tornou-se uma prática cultural consolidada e instituída no âmbito privado e público, voltada ao auxílio na divulgação e expansão das artes, dos artistas, das ciências, da produção e da difusão cultural, conforme os interesses de quem detinha o capital.

Visto isso, nota-se que civilização e modernidade, ciência e conhecimento foram patrocinadas pela elite colonial e republicana durante um longo período na história do Brasil. Não por acaso, a SAMN foi criada em 1937, e muitos outros museus brasileiros ficaram sob o comando de associações de amigos e voluntários para a administração e a captação de recursos financeiros. Educação e cultura emergiam sentimentos nobres em uma elite que acreditava na distinção social das artes e no capital cultural a ser adquirido por meio desses equipamentos, e, por isso, museus, arquivos, bibliotecas tornaram-se valorizados na história do país. Quer dizer, os equipamentos culturais eram

disputados e vangloriados pela elite, pois demarcavam o *status quo* de quem praticava o mecenato e administrava o bem cultural.

Indo além, muitas guerras em torno da busca e da afirmação da cultura nacional foram travadas, sendo estudadas por Williams (2001) desde o início do século XX. Estes conflitos, a partir da segunda metade do século, transformaram-se em processo de desarticulação da cultura institucionalizada, ocorrendo, de forma acelerada, principalmente nas gestões mais conservadoras no governo federal.

O declínio, em questão, se deu no momento em que o Estado, enquanto mecenas, já não fornecia mais o suporte necessário para a manutenção física e de mão de obra qualificada para os equipamentos culturais. Nesse sentido, podem ser lembrados os discursos de 2003, no Congresso Nacional e no Senado Federal, do então ministro Gilberto Gil, logo após a sua posse no Ministério da Cultura (MinC), reivindicando pelo menos 1% do orçamento federal para a pasta. Nos dois pronunciamentos, o ministro denunciava o abandono do patrimônio cultural do país, que se encontrava severamente em agonia e com o risco acelerado de sinistros e catástrofes.

Quanto ao Museu Nacional, sucessivos foram os governos, os ministérios e os gestores alertados pelas direções, pelos técnicos, pelos pesquisadores, por cientistas e pelos trabalhadores quanto à insuficiência do orçamento para a manutenção cotidiana corretiva e preventiva do espaço. As notícias veiculadas mostravam um corpo frágil na fila das emergências dos recursos públicos federais. O precário orçamento do Museu, gestão após gestão, foi sendo anualmente reduzido, conforme estudos apontados pela Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A história que foi patrimonializada por uma elite no passado, foi sendo paulatinamente abandonada por uma elite política no tempo presente, como mostrava a reportagem do Jornal Folha de São Paulo (2018a).

As elites econômicas, por conseguinte, já não se interessavam em patrocinar determinadas instituições culturais para afirmar sua distinção social. Muitos museus ficaram à mercê de sua própria sorte. A elite e o governo dirigiam seus interesses para outras tipologias de instituições culturais<sup>5</sup>, refletindo o possível desprezo pelas artes e

---

<sup>5</sup> Ver o caso do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, e o dinheiro público dispendido para a sua criação e administração. Com projeto arquitetônico do espanhol Santiago Calatrava, gerou um processo de gentrificação no entorno da Praça Mauá, zona portuária do Rio de Janeiro. A sua inauguração, em 2015,

pelo patrimônio, assim como pela conservação dos espaços culturais, que, há muito, já não apetece mais o gosto estético das elites. As coleções históricas, etnográficas, zoológicas, arqueológicas, antropológicas que estavam sob a guarda do Museu Nacional, frutos de pesquisas coletadas, arroladas e catalogadas por importantes pesquisadores, pareciam não mais cativar a atenção das elites no Brasil, que, por sua vez, preferiam patrocinar museus com tecnologia digital, interativos, sem ou com pouquíssimos acervos.

Porquanto, muitas reportagens realizadas por ocasião do aniversário do Museu Nacional do Rio de Janeiro denunciavam a destruição histórica, científica e arquitetônica que o equipamento estava sofrendo em dois séculos de existência. Em muitas matérias jornalísticas, observavam-se as lamentações de uma morte anunciada. O Museu Nacional mostrava-se frágil e com as forças paulatinamente minadas. Muitas patologias na edificação e no acervo foram denunciadas em reportagens, tais como a proliferação de insetos xilófagos, mofos, goteiras e problemas na infraestrutura (CÔRTEZ, 2018), todos somados à ausência de recursos para a manutenção e a conservação, além da insuficiência para a aquisição de material de escritório, de pesquisa, de conservação, de educação, de exposição, de prevenção e de divulgação científica, colocando o Museu em um cenário catastrófico antes do próprio incêndio.

## **AS LAMENTAÇÕES DA MORTE**

A morte anunciada se concretizou no dia 02 de setembro, num domingo à noite. Ao mesmo tempo em que a sociedade assistia, estarecida e em cadeia nacional, o Museu Nacional arder em chamas, o ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, participou sincronicamente do Jornal Globo News (2018), e afirmou ser o incêndio o “resultado de um processo de negligência em anos anteriores”. O MinC, segundo ele, havia, desde o início da sua gestão, articulado com o Ibram e com o Iphan um projeto de “revitalização<sup>6</sup>” do Museu, e aguardava receber fundos do Banco Nacional de

---

tornou esse equipamento cultural um ícone do denominado Porto Maravilha, e custou, aproximadamente, 230 milhões de reais, fundos geridos pela Fundação Roberto Marinho, enquanto muitos museus, a exemplo do Museu Nacional, viviam financeiramente à mingua.

<sup>6</sup> Em patrimônio cultural, o termo técnico adequado para intervenções físicas em edificações tombadas é restauração.



Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Contudo, o ministro acreditava que, por ser administrado pela UFRJ, desde 1946, o Museu não estava sob a responsabilidade direta do MinC. Ora, o Paço de São Cristóvão havia sido tombado pelo Sphan já em 1938, um ano após a criação do órgão de patrimônio, sendo o Iphan amparado sob a tutela direta do MinC desde 1985, ano de criação do Ministério, assim como o Ibram, criado em 2009.

Na entrevista do ministro, além das incoerências interpretativas da legislação, observava-se a tentativa de um desvio de responsabilidades diretas e indiretas pelo Estado. Um orçamento reduzido, moroso e sem priorizações técnicas decretou a morte do Palácio da Quinta da Boa Vista. Concretamente, o Iphan e o Ibram, como órgãos de proteção e preservação do patrimônio cultural material, imaterial e museológico ligados à estrutura do MinC, possuíam responsabilidades políticas no processo. As negligências dos governos anteriores eram, portanto, fatalmente responsabilidades da gestão de Sá Leitão.

O ministro, ao desconsiderar o histórico das normativas para a gestão de museus orientados pela Política Nacional de Museus e pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM), desconsiderava o acúmulo do debate histórico realizado amplamente com a sociedade civil, o governo, os pesquisadores, os mediadores e os trabalhadores culturais que apontaram metas e prioridades que o governo federal deveria atingir para a área. E, após o incêndio que destruiu parte da edificação e parte do seu acervo, as lamentações de morte pelos gestores públicos evidenciaram, além dos descasos históricos, administrativos, políticos e econômicos, a tentativa de sepultamento das políticas públicas museais.

Ou seja, pronunciamentos oficiais em torno do sinistro evidenciaram que os gestores do governo federal e do MinC não reconheciam as políticas públicas de patrimônio cultural até então formuladas – e de forma participativa –, vinculadas, em sua grande parte, ao governo federal sob a gestão do Partido dos Trabalhadores - PT, tal como uma forma de apagamento de uma memória coletiva.

Válido dizer que a Política Nacional de Museus foi construída desde a década de 1980, e foi consolidada em 2003, a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva, assim como o Fórum Nacional de Museus, em 2005, o Cadastro Nacional de Museus,

em 2006, e o Programa Iberomuseus, em 2007. Já o Decreto-lei nº11.904/2009 que instituiu o Ibram enquanto órgão responsável pelos museus, igualmente institucionalizou o Estatuto dos Museus, documento chave para a organização e a gestão dos museus – qual, além de norteador, resultou da construção colaborativa da sociedade civil e do governo, com fins à definição de alternativas e soluções legais para a criação, o desenvolvimento, a conservação, segurança e preservação dos acervos e da sustentabilidade financeira das instituições, além da salvaguarda das coleções museológicas.

Outro ponto é que, em 2010, tomaram corpo as metas e as diretrizes do Plano Nacional de Museus, os Pontos de Memórias, a Rede Nacional de Identificação de Museus, a Política Nacional de Educação Museal, o Programa de Fomento para os Museus e a participação do Brasil na elaboração do texto para a Recomendação da Unesco para a Proteção e a Promoção dos Museus e Coleções; ou seja, um conjunto de políticas públicas substanciais e consistentes que foram severamente ignoradas pelo governo federal, responsável pela implantação das políticas.

Outrossim, na esfera do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), cujo ministro possuía cadeira nata, existia um assento para o Setorial de Museus que seria o responsável por debater a política dos museus junto ao MinC. Esse conjunto de políticas, incluindo a Política Nacional de Museus e o Plano Nacional de Cultura, o CNPC e os seus Colegiados Setoriais, tornaram-se letra morta no governo Temer. Todos os conselhos públicos foram literalmente desamparados pós-golpe de 2016, e, talvez por isso, Sá Leitão, enquanto ministro da Cultura, não tenha reconhecido a sua responsabilidade junto ao Museu Nacional.

E, note-se: o ministro não fora o único a se pronunciar de forma irresponsável. Um dia após o incêndio, enquanto as cinzas ainda ardiam e as fumaças ainda se espalhavam pelo ar, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, afirmou em entrevista ao Portal G1, da emissora Globo (2008): “Tem muita viúva chorando”, [...] “Estas viúvas não amavam tanto assim o Museu em questão”. As falas de Sá Leitão e de Marun, ministros do governo Temer, evidenciaram que o não reconhecimento histórico das políticas públicas participativas de patrimônio cultural tinham intencionalidades de desqualificar o debate.

Por outro lado, Jair Messias Bolsonaro, então deputado federal e candidato a presidente do Brasil, ao ser inquerido sobre a fatalidade, respondeu em tom de deboche: “Já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?”. Em tempo, ironizou que, apesar de ter Messias no nome, não poderia fazer milagres. (CALGARO, 2018). Em novembro, foi eleito Presidente do Brasil, e, após sua posse, extinguiu o MinC e o transformou em Secretaria Especial da Cultura (Secult), órgão ligado ao Ministério da Cidadania, que reuniu, além da Cultura, a pasta de Esporte e de Desenvolvimento Social.

Assim, as políticas públicas de museus, paulatinamente, foram sepultadas junto com os escombros do Museu incinerado. No Brasil, evidenciou-se uma história da gestão pública marcada pelas questões mercadológicas, que observam equipamentos culturais pelo âmbito dos negócios, e, por isso, a sustentabilidade arguida pelo ministro da Cultura não é efetivamente a mesma pleiteada por técnicos e pesquisadores que choraram a morte do Museu Nacional.

Em artigo assinado pelo reitor da UFRJ, Roberto Leher (2008), após o incêndio do Museu Nacional, confirma e demonstra, ao Jornal Folha de São Paulo, o descaso das elites com o equipamento público. Segundo o reitor, foram elaborados seis projetos para a Lei Rouanet, totalizando R\$ 17,6 milhões, mas “o setor empresarial não se interessou”, embora uma das propostas fosse destinada à prevenção de incêndio.

Por outro lado, nem sempre a elite política responsável por operacionalizar políticas compreende como funcionam, na prática, as políticas públicas de patrimônio cultural e museus. No Brasil, existe uma relação perversa dentro do Estado nas esferas municipal, estadual e federal de mandonismos e fisiologismos partidários. Os gestores ocupam cargos não por conhecimento técnico, mas por indicações políticas partidárias a partir de redes de negociações e articulações clientelistas. No caso da extinção do MinC e das conduções políticas na gestão Temer e Bolsonaro evidencia-se, lamentavelmente, esta constatação. Os pronunciamentos públicos demonstram que, mais do que posicionamentos controversos, são articulações autoritárias e explícitas de destruição das políticas públicas participativas para um modelo voltado ao mercado. O arcabouço legal construído de forma participativa não foi considerado, porque não se reconhece a participação social e o controle público sobre as ações do Estado.

Válido exemplificar essa questão a partir da publicação da Medida Provisória nº 850/2018, que objetivava extinguir o Ibram e substituí-lo pela Abram, transformando-o em um serviço social autônomo. O sepultamento de todas as políticas que construíram o aparato participacionista, e, por sequência, o SBN, o Plano Nacional de Museus, o Ibram e o Estatuto de Museus daria lugar a uma sociedade autônoma privada sem fins lucrativos. Para governos conservadores, a política pública participacionista não possui mecanismo de deliberação e legitimação.

O governo federal, logo após o incêndio do Museu Nacional, de forma autoritária, sem ausculta social, publicou uma MP para resolver o “problema” dos museus, sem ouvir os técnicos da área, os representantes da sociedade civil organizada em áreas da museologia, tampouco os 3.700 museus, arrolados no Cadastro Nacional de Museus do Ibram, entre eles, mais de 456 unidades sob a gestão federal.

As supostas falas inapropriadas dos ministros revelaram a intenção de o governo brasileiro sepultar a Política Nacional de Museus e o seu caráter participativo democrático. Por trás da intenção, existia a defesa explícita de facilitar a entrada das chamadas “Parcerias Públicos Privadas” (PPPs) por meio de Organizações Sociais (OS) para a gestão e a administração dos museus brasileiros.

Como forma de resistir ao desmonte, os trabalhadores e trabalhadoras do Ibram, imediatamente após a publicação da MP, assinaram um documento repudiando a decisão do governo federal. A presidência e a direção do Ibram também assinaram a Nota Técnica 01/2018/PRES, tecendo considerações acerca da MP nº 850/2018. A Nota Técnica, em questão, foi endereçada ao ministro da Cultura, sob o número de processo nº 01400.016529/2018-32, e tentava arguir pedagogicamente e exemplificar a inexequibilidade da extinção do Ibram e as consequências administrativas e jurídicas da criação da Abram - em virtude do aparato legal por trás do funcionamento do Ibram.

O documento se fundamentava nos acordos e tratados internacionais do patrimônio museológico assinados pelo Brasil, e refazia o percurso histórico de criação das políticas públicas nessa área, destacando a importância histórica do Ibram e da Política Nacional de Museus. Enfim, o documento clamou a intercessão do ministro da Cultura em favor da manutenção do Ibram, destacando que os técnicos e a direção do Ibram não participaram da elaboração da MP nº 850/2018. Ou seja, ficaram as questões

para reflexão: quem a escreveu? A quem interessava sua proposição? Por que os interessados em resolver os problemas dos museus não participaram da elaboração efetiva da MP?

Estas questões explicam que as condutas do governo são posições políticas ideologicamente posicionadas. Não reconhecer e descredenciar toda e qualquer participação e intervenção da sociedade civil nas políticas públicas é também um viés ideológico defendido e pretendido pelos governos Temer e Bolsonaro. Para esses governos, efetivamente, as OS denotam a terceirização de uma responsabilidade administrativa pública, pelo que muitos outros museus estão nas mesmas condições do Museu Nacional. Terceirizada a responsabilidade, o governo federal se exime de quaisquer problemas que, porventura, venham a surgir, tais como a ausência de recursos de infraestrutura, de finanças, de segurança e de operacionalização de políticas públicas – sobretudo as diretrizes previstas no Estatuto de Museus, documento norteador das políticas da área.

Diante desse cenário, muitos outros museus queimaram e, literalmente, caíram em território brasileiro, outros estão fechados, e ainda apresentam um processo de deterioração crescente. Logo, o Museu Nacional do Rio de Janeiro não foi o primeiro e não será o último, vez que a formulação descredenciada das políticas públicas abre o precedente de não haver órgão regulamentador de política pública e controle social.

A população prestigiava o Museu da Quinta da Boa Vista e se fazia presente em suas ações educativas e culturais, principalmente aos domingos, quando a instituição abria suas portas gratuitamente. Escolas públicas possuíam parcerias com o Museu, e os estudantes reconheciam a sua importância para a história do país. Por outro lado, talvez o ministro Marun não tivesse tido a mesma oportunidade de conhecer o Museu em seus projetos e ressonâncias sociais, quiçá não entendesse a dimensão transformadora da arte, da cultura e da educação na vida das pessoas.

Indo além, o muro de lamentações que se formou sobre os escombros do Museu Nacional descortinou a opção de o governo brasileiro desqualificar e desconsiderar as políticas públicas culturais, educacionais e científicas. Liberar milhões para ressuscitar o Museu não iria encobrir a incompetência e a negligência financeira do Estado para com os equipamentos públicos na sua gestão diária. O descaso da elite política brasileira com

o patrimônio cultural, com a história e a memória nacional não seriam resolvidos com as OS e com as PPPs, e, tampouco, com uma coleta desenfreada de artefatos pelo mundo para reconstruir o Museu, como foi proposto, também, pelo ministro da Cultura, um dia após o incêndio. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018b).

O “palácio” em escombros tornou-se um monumento/documento como diria Le Goff. Suas ruínas tornaram-se pergaminhos do descaso público do governo brasileiro, e evidenciam as contradições do processo histórico pelo qual ele foi erguido e destruído. O Museu nasceu e patrimonializou-se, e, por uma política irresponsável de descaso, pereceu. As comemorações de aniversário do Museu Nacional estavam recheadas de textos, contextos, denúncias, reclamações e pedidos de ajutórios, mas nem todos se sentiram sensivelmente identificados pelo Museu bicentenário. O museu que havia sido criado por uma elite iluminista, havia, de certa forma, sido esquecido e preterido por outra elite política e econômica que não reconhecia o valor daquele bem cultural.

Já a Abram, em 2019, continuava em debate público, e foi rejeitada por uma comissão mista no Senado Federal, qual aprovou a permanência do Ibram e a criação de uma fundação de apoio. Para Sá Leitão, a Medida Provisória nº 850/2018 seria tão somente uma espécie de fundação privada para a arrecadação, gestão e aplicação de fundos e recursos para o setor museal. Em outra direção, a senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia, destacou, em seu parecer, os avanços para o campo museal da Política Nacional para os Museus com a nova associação, mas enunciando que a fusão Ibram + Abram “exigiria estudo contundente e aprofundado” - qual nem o governo Temer tampouco o governo Bolsonaro realizou. O texto que criava a Abram recebeu do legislativo sessenta e nove emendas dos deputados e senadores, e o projeto, como um todo, continha onze artigos que foram debatidos por especialistas na área. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2019).

Ainda na gestão Temer, o ministro Sérgio Sá Leitão recuou da MP, mesmo defendendo que a Abram iria “mudar o modelo de gestão, governança e sustentabilidade dos museus brasileiros, garantindo fonte contínua de recursos” (IBRAM, 2019). Por outro turno, não foi o que aconteceu quando ela fora proposta, assim como as verbas para os museus que tiveram a administração gerida por uma Os e não receberam fonte contínua de recursos. A fala do ex-ministro, assim, tornou-se uma falácia diante dos

editais, dos fundos e das reservas orçamentárias destinadas para a Cultura, ou mesmo para os projetos encaminhados para a antiga Lei Rouanet, da qual o Museu Nacional apenas captou um único projeto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise documental realizada evidenciou que o patrimônio cultural museológico, além de ser campo de disputa, de consagração e de sacralização, torna-se, ainda, alvo constante de negligência administrativa, precarização e austeridade financeira, desmonte institucional e (re)arranjo político inapropriado às realidades institucionais. À guisa dessa realidade, provoca-se o debate sobre as continuidades e os rompimentos das políticas museais, assim como as perspectivas de futuro, de passado e de presente do patrimônio cultural no Brasil. Nesse sentido, a historiografia no tempo presente deve considerar as trajetórias e as idiosincrasias dos agentes públicos, ponderando o lugar de fala e o seu enunciado para uma análise adequada do tempo histórico das políticas culturais como processos inacabados. Enfim, o texto pretendeu contribuir para se repensar as resistências políticas dos historiadores e dos trabalhadores, frente aos desmontes das políticas culturais que assolam as instituições culturais, principalmente, museus, bibliotecas e arquivos históricos, próprios como um desafio político e empírico para pesquisadores, gestores, trabalhadores da área da cultura em tempos de autoritarismo. O Museu Nacional vive!

## **REFERÊNCIAS**

AGORA que aconteceu, tem muita viúva chorando, diz Marun sobre incêndio. **Portal G1 Globo**. 03 set. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/videos/v/agora-que-aconteceu-tem-muita-viuv-chorando-diz-marun-sobre-incendio/6993152/> Acesso em: 31 out. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Gênese e Estrutura do Campo Literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **A produção da crença**. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira e Maria da Graça Jacintho Setton. Porto Alegre: Zouk, 2015a.

\_\_\_\_\_. **A Distinção:** crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern e Guilherme João de Freitas Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2015b.

CALGARO, Fernanda. “Já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?”, diz Bolsonaro sobre o Incêndio no Museu Nacional. **Portal G1**. 04 out. 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/04/ja-esta-feito-ja-pegou-fogo-quer-que-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-incendio-no-museu-nacional.ghtml> . Acesso em: 31 out. 2018.

CHAGAS, Mario. **Há uma gota de sangue em cada museu:** a ótica museológica de Mario de Andrade. Chapecó: Argos, 2015.

CÔRTEZ, Celina. 200 anos do Museu Nacional. A mais antiga instituição científica do país será gratuita aos segundos domingos do mês. **Jornal do Brasil**. 06 mai. 2018.

Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/05/06/200-anos-do-museu-nacional/> Acesso em: 13 ago. 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A fase heroica. *In*: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: MinC – Iphan, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Comissão mista aprova permanência do Ibram e criação de fundação de apoio. **Ibram**. 16 jul. 2019. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/tag/abram/> Acesso em: 16 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Nota técnica 01/2018/pres. Ibram: Brasília, 2018. **Portal Ibram**. 31 out. 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/Nota-T%C3%A9cnica-MP-850.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

INCÊNDIO é “resultado de um processo de negligência em anos anteriores.” **Jornal Globo News**. 02 set. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/incendio-e-resultado-de-um-processo-de-negligencia-em-anos-antiores-diz-ministro/6991244/> Acesso no dia 31 out. 2018.

LEHER, Roberto. Pequeno Círculo de poder celebrou fogo no Museu Nacional. **Folha de São Paulo**. 24 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/pequeno-circulo-de-poder-celebrou-fogo-no-museu-nacional.shtml> Acesso em: 28 fev. 2019.

MINISTRO da Cultura diz que reconstrução do Museu Nacional começa nesta segunda. **Folha de São Paulo**. 02 set. 2018.a Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/ministro-da-cultura-diz-que-reconstrucao-do-museu-nacional-comeca-segunda-historiadores-lamentam-incendio.shtml> Acesso em: 28 fev. 2019.



REPASSE federal ao Museu Nacional cai a metade nos últimos cinco anos. **Folha de São Paulo**. 03 set. 2018.b Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/repasse-federal-ao-museu-nacional-cai-a-metade-nos-ultimos-cinco-anos.shtm> Acesso em: 28 fev. 2019.

SOUZA, Giane Maria de. 'Já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?'. **Le Monde Diplomatique**. 06 dez. 2018. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/ja-esta-feito-ja-pegou-fogo-quer-que-faca-o-que/> Acesso em: 28 fev. 2019.

WILLIAMS, Daryle. **Culture Wars in Brazil**. The first Vargas Regime, 1930-1945. Durhan: Duke University Press, 2001.

FUCHS, Isabela. As mulheres de direita são mais bonitas que as de esquerda. **Le Monde Diplomatique**. 06 dez. 2018. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/as-mulheres-de-direita-sao-muito-mais-bonitas-que-as-de-esquerda/> Acesso em: 28 jul. 2019.